

Compreendendo o Fenômeno da Aposentadoria em uma Perspectiva Relacional: Contribuições do Pensamento Sistêmico

Marcos Henrique Antunes¹

Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré²

Daniela Ribeiro Schneider³

Resumo

Este estudo de natureza teórica visa apresentar o pensamento sistêmico e suas contribuições para a compreensão da aposentadoria no contexto familiar, relacional e de trabalho. O artigo está dividido em duas seções, além da introdução, na qual é realizada a caracterização dos principais aspectos envolvidos na experiência de desligamento laboral e suas repercussões. A primeira seção discute os fundamentos históricos e epistemológicos do pensamento sistêmico, enquanto que, na segunda seção, é apresentado o aporte do ciclo de vida familiar como possibilidade teórico-prática para apreensão e intervenção no processo de aposentadoria. Considera-se que o pensamento sistêmico permite o aprofundamento de elementos do contexto relacional de vida do indivíduo, os quais influenciam desde a tomada de decisão até a adaptação à este período da vida. Diante disso, ressalta-se a relevância de ações e pesquisas com essa fundamentação, tendo em vista que a mesma possibilita a ampliação do lócus de análise.

Palavras-chave: aposentadoria; família; pensamento sistêmico; epistemologia.

Understanding Retirement in a Relational Perspective: Contributions from Systemic Thinking

Abstract

This theoretical study aims at presenting the systemic thinking and its contributions to understanding retirement in its family, relational and work contexts. The article is divided in two sections, besides the introduction, in which the main aspects involved in the experience of retirement and its repercussions are characterized. The first section discusses the historical and epistemological bases of the systemic thinking, whereas the second section presents the family life cycle contribution as a theoretical-practical possibility for the apprehension and intervention in the retirement process. The systemic thinking is considered to allow a deeper understanding of elements from an individual's relational context, which influence from their decision making to their adaptation to this period of life. Thus, the study highlights the relevance of actions and research within this framework, bearing in mind that such framework allows for an increase in the analysis locus.

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Keywords: *retirement; family; systemic thinking; epistemology.*

Introdução

Diferentes espaços sociais têm demonstrado interesse no debate sobre as questões relacionadas à fase tardia da vida com vistas a compreender e intervir acerca dos processos que ocorrem nesse período do desenvolvimento humano, os quais envolvem aspectos biológicos, psicológicos, culturais e sociais. Esse movimento está acontecendo, principalmente, em virtude das transformações demográficas da população mundial que colocam desafios para os campos da saúde, da previdência e da assistência social, exigindo respostas para o novo cenário que se apresenta.

Dentre os processos normativos na fase tardia da vida ressalta-se a aposentadoria, a qual é considerada, em termos psicológicos, um evento potencialmente estressante e capaz de gerar alterações nos diversos domínios de vida do indivíduo. Em certa medida, isso ocorre em função do próprio movimento de desligamento laboral que defronta o sujeito com a iminência do tempo livre do trabalho, o que, por sua vez, exige que ele lide com esse fator, respondendo à ampliação da autonomia e a necessidade de dar atenção à outras esferas da vida (Soares & Sarriera, 2013; Zanelli, Silva, & Soares, 2010).

Em termos históricos, observa-se que a aposentadoria, enquanto benefício, foi criada a partir da luta dos trabalhadores, nos séculos XIX e XX, para garantir um amparo que permitisse meios de subsistência sem que as pessoas precisassem permanecer trabalhando até a morte. Em sua trajetória aconteceram diversas alterações e ampliações na estrutura desse benefício, afim de que o sistema previdenciário vigente possa responder aos desafios sociais e econômicos contemporâneos, garantindo os direitos dos trabalhadores (Antunes, Soares, & Silva, 2015; Salgado, 1980; Silva, 2006).

Enfatiza-se que, na contemporaneidade, as regras previdências brasileiras encontram-se em plena discussão, sendo constantemente alvo de análise, avaliação e possíveis projeções frente ao cenário populacional. Enquanto características gerais, pode-se dizer que o regime previdenciário do país possui como pressuposto central o equilíbrio coletivo, no qual as contribuições dos trabalhadores que estão ativos destinam-se a cobrir os custos no pagamento de benefícios aos que estão inativos. Assim, estabelece-se uma relação compulsória, na qual o trabalhador deve poupar um valor mensal, cabendo ao governo restitui-lo por meio de subsídios da previdência social quando do seu desligamento laboral (Bertusi & Tejada, 2003; Najberg & Ikeda, 1999).

Essas ponderações contribuem para pensar a importância do debate interdisciplinar acerca da aposentadoria, tendo em vista que nesta experiência estão congregadas questões jurídicas, psicológicas e sociais. Nessa direção, Atchley (1993), afirma que aposentar-se não significa apenas perder o papel profissional, mas relaciona-se, sobretudo, a aspectos de ordem cultural, além da conquista de meios financeiros para administrar o tempo e a vida. Segundo o autor, a aposentadoria pode ser caracterizada de formas distintas devido ao modo como acontece e as consequências que apresenta na vida do indivíduo, uma vez que há a influência de elementos da história do aposentado, das condições de saúde e das peculiaridades que sustentam a efetivação da mesma.

Entre os estudos desenvolvidos na área, há consenso de que a aposentadoria ocasiona consideráveis mudanças na identidade e na rotina do indivíduo, sendo possível destacar os seguintes aspectos: i) alterações nos hábitos, no estilo de vida e na utilização do tempo; ii) a necessidade de vislumbrar novas perspectivas e possibilidades, o que se interliga à iminência de planejamento de vida para este período; iii) as perdas objetivas e emocionais, que comumente ocasionam alterações no *status* social e laboral, além da diminuição da autoestima, de referências e companheirismo (França, 2009; França, Menezes, Bendassoli, & Macedo, 2013; França, Menezes, & Siqueira, 2012; Nahum-Shani & Bamberger, 2011; Quick & Moen, 1998; Zanelli, Silva, & Soares, 2010).

De certa forma, essa discussão permite considerar alguns aspectos relevantes da trajetória histórica e de caracterização da aposentadoria, apontando para a multiplicidade de elementos que podem influenciar sobre essa experiência. Com base nisso, este artigo foi desenvolvido visando apresentar as contribuições do pensamento sistêmico para a compreensão da aposentadoria no contexto familiar, relacional e de trabalho. O artigo está dividido em duas seções, sendo que a primeira delas aborda a história e os fundamentos da epistemologia sistêmica, e a segunda apresenta a teoria do ciclo de vida familiar como aporte para apreensão do fenômeno em questão. Considera-se que a relevância deste estudo se configura no contexto dos campos da prática profissional e da produção de conhecimento, visto que o mesmo poderá oferecer subsídios para novos questionamentos, reflexões e ações, especialmente, no que tange à importância de considerar as dinâmicas relacionais nas quais os sujeitos em vias de aposentadoria estão integrados, participando e interagindo.

Fundamentos históricos e epistemológicos do pensamento sistêmico

Desde os seus primórdios, a ciência clássica/moderna buscou explicar os fenômenos naturais através de uma lógica racional, linear e unicausal. Os físicos Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1642-1727) são dois expoentes na construção histórica desse modelo de ciência racional que se apoia, principalmente, na matemática para construir conhecimentos objetivos e previsíveis acerca do mundo. Capra e Luisi (2014) mencionam que esse modelo de ciência pode ser considerado mecanicista e atomístico, pois, a partir dele, a realidade é compreendida em face de um processo de segmentação de suas propriedades, no qual os fenômenos são decompostos para examinar isoladamente as partes que os constituem.

A ciência clássica/moderna têm como referência os pressupostos da simplicidade, estabilidade e objetividade. Essas dimensões enfatizam que: i) para entender o mundo é preciso - e possível -, fragmentar os elementos que o compõem, numa atitude de análise e busca de relações causais e lineares; ii) o mundo é estável e previsível, e os fenômenos são passíveis de controle; iii) a realidade é objetiva e pode ser diretamente acessada, porém, para que isso ocorra, o cientista deve render esforços para colocar a subjetividade entre parênteses (Vasconcellos, 2002).

Contudo, no transcorrer do século XX, especialmente a partir da sua segunda metade, novas referências foram emergindo e apontando para outras formas de compreender a realidade e proceder com a ciência. Num movimento oriundo de diferentes campos do saber - com destaque para as

ciências matemáticas, físicas e biológicas -, foram desenvolvidos estudos que se ocuparam em entender modelos de estrutura e funcionamento de unidades mecânicas e biológicas organizadas. O pioneirismo desses estudos proporcionou um modo de pensar os sistemas vivos numa perspectiva mais ampla e que se fundamenta na existência de uma rede de influência, na qual todas as coisas encontram-se organizadas em sistemas (Nichols & Schwartz, 2007; Vasconcellos, 2002).

Com isso, teve origem o pensamento sistêmico cuja proposta é reconhecer as distintas partes que compõem um fenômeno, o que implica numa posição ecológica que enfatiza a existência e a integração dos múltiplos elementos envolvidos (Capra & Luisi, 2014; Gomes, Bolze, Bueno, & Crepaldi, 2014). Esse pensamento não intenta extinguir ou substituir a ciência moderna, porém configura-se como uma ultrapassagem de ordem paradigmática em relação à mesma, na medida em que apresenta outros pressupostos que sustentam a compreensão dos contextos nos quais os fenômenos de estudo estão inseridos (Boing, Crepaldi, & Moré, 2009; Vasconcellos, 2002).

As principais teorias sistêmicas que dão base a esse pensamento são a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), a Cibernética e a Teoria da Comunicação. As duas primeiras foram desenvolvidas paralelamente na década de 1940, porém, sem que houvesse conhecimento uma da outra. Ao estudar organismos vivos, o biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy - autor da TGS -, identificou que os sistemas precisam ser estudados em sua globalidade, tendo em vista que a totalidade é mais do que a soma das partes. Definiu sistema como sendo um “conjunto de componentes em estado de interação”, sendo que, em linhas gerais, a interação demonstra justamente a impossibilidade de analisar os elementos apenas de maneira isolada. A partir disso, o autor teceu críticas ao fechamento das áreas de conhecimento em si e ao modelo cartesiano de fazer ciência com suas divisões e reduções (Bertalanffy, 1968).

Já a Cibernética, cuja referência é o matemático americano Norbert Wiener, se deteve a compreender a comunicação e o controle em máquinas e seres vivos. Os estudos iniciais de Wiener foram realizados através de máquinas eletrônicas e isso gerou polêmicas sobre as possibilidades de transferência e aplicação desse conhecimento para os seres humanos. Nessa teoria, a mensagem é considerada um elemento central em relação ao controle e à comunicação, pois a administração e o processamento das informações podem produzir distintos efeitos no funcionamento tanto das máquinas quanto dos sistemas biológicos (Vasconcellos, 2002).

Esse enfoque nos processos informacionais, especialmente nos circuitos de feedbacks, permitiu a evolução da Teoria Cibernética de tal modo que a mesma se subdividiu em dois níveis: a Cibernética de primeira ordem e a Cibernética de segunda ordem. Vale ressaltar que a Cibernética de primeira ordem desmembra-se em dois momentos: a primeira Cibernética da Cibernética de primeira ordem manteve foco nas relações estabelecidas unicamente dentro do sistema e considerava que a entrada de novas informações carecia ser regulada visando a automanutenção do mesmo; já a segunda Cibernética da Cibernética de primeira ordem incluiu a possibilidade da entrada de novas informações, compreendendo que estas são processadas pelo sistema e promovem ampliações e transformações. Esse segundo momento trouxe à tona o reconhecimento da imprevisibilidade e instabilidade do sistema e de seu processo de evolução, o qual se constitui e reestabelece a partir de movimentos contínuos. Exemplo disso é que as crises deixaram de ser vistas como meramente

perturbadoras do equilíbrio do sistema e passaram a ser entendidas como oportunidades para modificar as regras habituais de funcionamento (Vasconcellos, 2002; Vasconcellos, 2009).

A Cibernética de segunda ordem, por sua vez, se distingue pela ultrapassagem do pressuposto da objetividade para o da intersubjetividade. Nessa perspectiva não há uma realidade para ser observada por um especialista, mas co-construída por meio da linguagem e da conversação em espaços de consenso entre os indivíduos. Cabe explicitar que, por se tratar de uma ultrapassagem epistemológica, apesar de serem níveis distintos, a Cibernética de primeira ordem está articulada e integrada dentro da Cibernética de segunda ordem, sobretudo no que tange as suas contribuições para a apreensão da instabilidade dos sistemas (Vasconcellos, 2002; Vasconcellos, 2009).

A terceira teoria de base do pensamento sistêmico é a Teoria da Comunicação, a qual foi desenvolvida pelo antropólogo Gregory Bateson em conjunto com um grupo interdisciplinar que se reuniu em Palo Alto, no estado americano da Califórnia, na década de 1950. Esse grupo identificou a influência de padrões patológicos de comunicação familiar na esquizofrenia e em outros sintomas relativos à saúde mental. Dentre as principais contribuições desse grupo está o reconhecimento do “duplo vínculo”, conceito cunhado para distinguir os padrões paradoxais de comunicação, em que interatuam, de maneira divergente, a comunicação verbal e a não verbal (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 2013).

Com base no que precede, Vasconcellos (2002) postula que os pressupostos balizadores do pensamento sistêmico são: i) o reconhecimento da complexidade, sendo necessário contextualizar o objeto de estudo, bem como compreendê-lo face às relações recursivas que o envolvem - este aspecto ancora-se nas noções apresentadas por Morin (2011), no sentido de que a complexidade aspira a multidimensionalidade, envolvendo aspectos de tensão, incerteza e incompletude, ao invés de buscar a simplificação -; ii) a instabilidade e a imprevisibilidade concernentes ao “constante processo de tornar-se”; iii) a intersubjetividade, na qual se entende que não há uma realidade a ser observada independente do observador, mas que este é parte do sistema e participa da sua construção através das conversações que ali se geram.

Nessa perspectiva, o sistema não é isolado em si, tampouco desmembrado em partes, mas pensado na relação com os outros sistemas cambiantes que o circundam, ou seja, na interação de uma rede de sistemas. Assim, pode-se dizer que o foco do pensamento sistêmico está nas inter-relações, na dialogia e na recursividade. Dessa maneira, o cientista novo paradigmático é provocado a pensar em termos de conjunções e distinções, as quais representam, respectivamente, que os objetos precisam ser compreendidos em processos articulados e distinguidos em seu contexto, sem dissociá-los (Morin, 2011; Vasconcellos, 2002).

É possível verificar que o pensamento sistêmico, enquanto o novo paradigma da ciência, abrange mudanças substanciais nas dimensões que caracterizam a ciência e o seu modo de produção, implicando em uma nova postura epistemológica tanto no contexto das práticas e intervenções como na produção de conhecimento. Diferentemente do que é pautado na ciência tradicional, o pensamento sistêmico é processual e contextual e, ao focar as relações entre os elementos do sistema, o profissional faz convites para que emerjam novas conversações sobre o contexto dos vínculos afetivo-sociais dos indivíduos. Isto significa, sobretudo, que a objetividade é

colocada entre parênteses e que a realidade é constituída no entrecruzamento das subjetividades (Aun, Vasconcellos, & Coelho, 2005; Capra & Luisi, 2014; Maturana, 2002; Schmidt, Crepaldi, & Schneider, 2011).

Considerando a história e os diferentes elementos que compõem e interagem no processo de constituição do pensamento sistêmico, é possível entender que, para essa perspectiva, o homem é um ser inter-relacional. Ou seja, antropologicamente, a visão que se tem é de um homem como um sistema vivo em constante e ampla interação em seu contexto relacional (Capra & Luisi, 2014). É, portanto, um sistema dentro de sistemas, que não pode ser entendido de forma desintegrada, pois é composto e influenciado por todos os elementos que conversam em seu entorno (Vasconcellos, 2002; Vasconcellos, 2014).

No que tange à ontologia do pensamento sistêmico, pode-se pensar em dois momentos distintos: na Cibernética de primeira ordem, o mundo é visto no polo da objetividade e da matéria, configurando-se uma ontologia materialista. Já a Cibernética de Segunda Ordem, quando é ultrapassada a crença da objetividade, consiste numa ontologia subjetivista e racionalista, tendo em vista que a realidade emerge dos espaços de intersubjetividade (Aun et al., 2005; Schmidt et al., 2011).

A dimensão epistemológica, por sua vez, centra-se nas perspectivas pós-modernas do construtivismo e do construcionismo social. Por meio destas, compreende-se que o conhecimento não é objetivo e nem passível de controle ou previsão, mas é co-construído em espaços de consenso nas relações que se estabelecem nos sistemas (Aun et al., 2005; Grandesso, 2000; Schmidt et al., 2011). Essa perspectiva epistemológica mostra-se especialmente válida na medida em que oportuniza novas modalidades de ser e de se relacionar, bem como de intervenção profissional em diferentes contextos. Cabe elucidar que o pensamento sistêmico não visa a supressão das leis da ciência moderna, mas possibilita resgatar, revisar e integrar os pressupostos tradicionais. Dessa maneira, o desafio recai sobre o cientista que, tendo tido contato com o novo paradigma, amplia sua visão para a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade (Boing & Crepaldi, 2014; Gomes et al., 2014; Vasconcellos, 2002).

No contexto da aposentadoria, entende-se que o pensamento sistêmico oportuniza apreender a multidimensionalidade envolvida neste fenômeno, levando-se em conta questões de diferentes âmbitos, tais como da família e do trabalho, observando as inter-relações entre os campos e como se constitui a experiência de aposentar-se mediante as características dos mesmos. Um estudo pautado nessa perspectiva poderá, por exemplo, analisar como as vivências do aposentado são influenciadas pela dinâmica familiar e, também, como este indivíduo se insere nesse contexto e interfere em sua dinâmica. Assim, o pensamento sistêmico possibilita redimensionar a perspectiva que se assenta no binômio causa-efeito, de modo que a discussão seja conduzida no sentido de considerar as questões contextuais, buscando entender como a aposentadoria se inscreve na história e no funcionamento da família, mas, também, reconhecer quais implicações ela confere especificamente às relações constituídas entre os diferentes componentes do sistema.

O aporte do ciclo de vida familiar como possibilidade teórico-prática de contextualizar o processo de aposentadoria

Na perspectiva sistêmica, a família é definida como um sistema ativo, um conjunto ou um todo integrado, com regras e funções dinâmicas, no qual as partes estão em constante relação e se transformam com o decorrer do tempo. O comportamento entre os membros do sistema familiar é interdependente de modo que a compreensão de um fenômeno não pode ocorrer unicamente pelo entendimento de questões individuais de seus membros, mas pensada em um contexto, no qual há uma rede de relações que se afetam recursivamente (Andolfi, 1980; Carter & McGoldrick, 1995; Cervený, 2001).

As mudanças pelas quais a instituição família tem passado influenciadas pelos fatores econômicos, culturais e sociais, causaram debates acerca do seu fim ou falência e levaram a repensar a compreensão que se mantém sobre ela, bem como seu modo de organização e funcionamento (Anton, 2012). As diversas possibilidades de arranjos e as novas configurações familiares, as quais incluem o divórcio, o recasamento, a adoção, a conjugalidade homoafetiva e as mudanças no papel feminino, têm evidenciado a diversidade de dinâmicas familiares possíveis, de modo que não há um padrão único e universal capaz de definir esse modo de agrupamento humano na contemporaneidade (Boing, Crepaldi, & Moré, 2008; Cervený, 2001). Dessa maneira, cabe enfatizar que, entre os estudos desenvolvidos nessa área, há consenso de que o conceito de família precisa ser apreendido na perspectiva da complexidade, abrangendo as distintas configurações e realidades conforme os significados atribuídos pelos próprios integrantes de cada sistema.

No pensamento sistêmico, o aporte do ciclo vital familiar permite aprofundar o conhecimento acerca da dinâmica relacional familiar nos diferentes processos que acontecem ao longo do desenvolvimento humano, interligando questões do âmbito individual com o familiar. De acordo com Carter e McGoldrick (1995, p. 8), esse aporte “formula problemas acerca do curso que a família seguiu em seu passado, sobre as tarefas que está tentando dominar e do futuro para o qual está se dirigindo”. Desse modo, o entendimento do processo evolutivo se direciona para a dimensão inter-relacional, permeada por eventos e estágios que ultrapassam os limites geracionais e envolvem diferentes membros da família extensa e ampliada.

O relacionamento entre os componentes da família se organiza por meio de estágios distintos e, embora haja uma interdependência entre as fases e as transições experimentadas em cada família, não há um formato linear capaz de representar esse processo. A família se refere ao todo de um sistema, dotado de intensa emocionalidade e, em cada dado momento, se relaciona à, pelo menos, três ou quatro gerações distintas. As transições familiares são experimentadas de diferentes maneiras em cada indivíduo e geração de modo que esses pontos de passagem de um estágio do ciclo de vida para outro são geradores de estresse nos familiares, especialmente por demandarem adaptação ao novo contexto que se apresenta (Carter & McGoldrick, 1995).

Considerando os pressupostos que fundamentam a perspectiva sistêmica, os elementos abordados nesta discussão estão fundamentados em duas propostas de sistematização do ciclo de vida familiar, as quais derivam de estudos realizados com famílias norte-americanas (Carter &

McGoldrick, 1995) e brasileiras (Cervený & Berthoud, 1997; Cervený & Berthoud, 2011). Ambas as proposições apresentam tanto eventos normativos do desenvolvimento quanto variações maiores, as quais envolvem questões que, embora específicas a alguns contextos familiares, causam impacto no ciclo de vida. Portanto, essa análise implica em uma atenção especial às peculiaridades de cada família, tais como a história, a cultura e o contexto socioeconômico.

Em relação à aposentadoria, tal perspectiva se torna especialmente válida na medida em que conduz a discussão desse fenômeno considerando fatores de cunho relacional. Por exemplo, ao se aposentar, o indivíduo avança para um novo estágio de seu curso de vida individual e, inevitavelmente, precisará fazer adaptações em sua rotina e atividades. O mesmo ocorre com sua família, a qual deverá se ajustar ao novo estágio, que inclui a aposentadoria de um de seus componentes, o que pode ocasionar alterações nos padrões tradicionais de funcionamento desse sistema (Antunes, 2014).

O período do ciclo vital familiar no qual a aposentadoria se inscreve, geralmente, está relacionado a intensas mudanças na estrutura da família, as quais envolvem a vivência do “ninho vazio” em virtude da saída dos filhos de casa para casar, ou, quando isso já ocorreu, é necessária a abertura e aceitação de novos membros, tais como genros, noras e netos, e o desempenho dos novos papéis, respectivamente, de sogro/sogra e avô/avó. É um período em que são constituídas as bases para os filhos desenvolverem maior autonomia e isso demanda o estabelecimento de um relacionamento maduro com os progenitores. Aos pais, cabe rever seu papel parental e favorecer, por meio da liberdade e da orientação, que os filhos possam estabelecer seus objetivos e estilos de vida (Cervený & Berthoud, 1997; McCullough & Rutenberg, 1995; Oliveira & Cervený, 2011).

Na contemporaneidade, tem sido observada a existência do fenômeno “pais estendidos” (Cervený, & Berthoud, 1997), cuja ocorrência está relacionada aos casos nos quais os filhos, embora estejam criados, permanecem recebendo cuidados e assistência dos seus pais idosos ou aposentados. Dentre as situações nas quais esse contexto pode ser evidenciado estão o apoio ou o amparo oferecido pelos pais às necessidades financeiras ou emocionais dos seus filhos e, ainda, o auxílio no cuidado e na educação dos netos por parte dos avós.

É oportuno esclarecer ainda que, face à existência de múltiplas configurações de relacionamentos familiares na contemporaneidade, as quais incluem, por exemplo, a escolha por casar e ter filhos em um período mais tardio do desenvolvimento, a aposentadoria e/ou o envelhecimento podem culminar com o período de ingresso dos filhos no Ensino Superior e exigir a permanência dos pais em seu trabalho para atender às necessidades financeiras da família. Além disso, os desafios econômicos que se apresentam na atualidade, tais como a precarização do trabalho e o desemprego, têm feito com que os pais se preocupem com a estabilidade econômica dos filhos, de modo que estes podem postergar sua aposentadoria para manterem-se ativos, evitando ou adiando que seus filhos tenham que enfrentar as dificuldades oriundas da autonomia financeira (Borges & Magalhães, 2009; Henriques, Ferés-Carneiro & Magalhães, 2006; Oliveira & Cervený, 2011; Silveira & Wagner, 2006; Walsh, 2005).

Denota-se que os aspectos econômicos influenciam diretamente a qualidade de vida na aposentadoria. Se o casal consegue, por exemplo, ter uma renda adequada às suas demandas de

saúde e lazer, é possível que essas fases ou estágios do ciclo vital transcorram com maior tranquilidade. Paralelamente a isto, ao receber a pensão, o aposentado pode resgatar seu papel de provedor e novamente contribuir com seus filhos e netos nas dificuldades financeiras que estes possam vivenciar (Cervený & Berthoud, 1997; Coelho, 2011; Santos & Dias, 2008). Esse fato carece de ser problematizado, pois dele podem decorrer desdobramentos que influenciam diretamente na vivência da aposentadoria, sobretudo no que tange as condições efetivas dos progenitores cuidarem de si e estabelecerem projetos que levem em conta as dimensões individual, conjugal e familiar para este período da vida.

Ainda com relação ao casal, as últimas fases do ciclo de vida familiar impõem o desafio de repensar a conjugalidade. É comum o surgimento de sentimentos ambivalentes de continuidade ou finitude da relação, de modo que as negociações devem ocorrer tanto no sentido de abarcar a nova realidade do sistema conjugal como, por exemplo, de estarem possivelmente residindo sozinhos, sem os filhos, assim como de avaliar a permanência da relação entre marido e esposa (Marques & Souza, 2012; Nichols & Schwartz, 2007; Silva, Alves, & Coelho, 1997). Além disso, o aumento do índice de expectativa de vida tem ampliado o curso do ciclo vital e, conseqüentemente, o tempo para os casais conviver após terem criado seus filhos e estar aposentados ou idosos (Walsh, 2005). Estes fatos ocasionam implicações sobre os relacionamentos, pois os parceiros precisarão avaliar sua conjugalidade e analisar as condições que possibilitam, ou não, a permanência da união, o que gera novos questionamentos e potencialidades relacionais de acordo com os significados atribuídos ao vínculo.

Evidencia-se, também, que o trabalho, por vezes, oportuniza certo equilíbrio à relação conjugal, na medida em que os cônjuges estavam ocupados com seus compromissos, sejam eles de cunho laboral ou nas funções que ambos exerciam no ambiente familiar. Nesse sentido, a aposentadoria significa muito mais que a súbita perda da profissão, uma vez que implica no repentino aumento da proximidade para o casal. Com ambos os parceiros em casa, durante todo o dia, o lar pode parecer menor e o relacionamento sofrer um desequilíbrio (Nichols & Schwartz, 2007). Isto pode ocorrer pela intensificação da convivência, por uma possível tentativa de exclusão do componente aposentado da família, por conflitos conjugais que foram silenciados anteriormente, ou, ainda, por tentativas de substituição de fontes de prazer, como seria o caso do investimento em relacionamentos extraconjugais (Carter & McGoldrick, 1995; Friedman, 1995).

Ao analisar a intensificação do tempo de convivência do casal é importante considerar, também, as questões de gênero, uma vez que as repercussões da aposentadoria desafiam o modelo pelo qual os parceiros se relacionaram ao longo dos anos, as funções que assumiram no cuidado da casa e da família, bem como o modo utilizado no cumprimento de tais tarefas. Homens e mulheres podem ser demandados a realizarem atividades distintas das quais se ocuparam em outros momentos, sejam elas de origem afetiva, doméstica ou prática, devido contarem com mais tempo livre (Antunes, Soares, & Moré, 2015). Com isso, é possível que aconteçam modificações, sobretudo, no caso das famílias heterossexuais em que ainda persiste o formato tradicional e sexista de relação e de divisão de tarefas no lar, as quais passam a conviver com a emergência de novas possibilidades de ser e estar no ambiente familiar e para além dele. Vale ressaltar que o padrão tradicional está em franca

mudança e a ação efetiva dos homens, principalmente na família, tem ocorrido não mais a título de “ajuda”, mas como reconhecimento da sua corresponsabilidade.

Outro aspecto a ser ponderado diz respeito à aposentadoria enquanto demarcador do afastamento do indivíduo de sua atividade laboral formal, a partir do qual o aposentado dispõe de maior tempo livre para exercer outras atividades e seus familiares podem delegar a ele o papel de solucionador dos possíveis conflitos e crises que emergem nesse contexto. Ele pode tornar-se sucessivamente mais lembrado, na medida em que possui maior autonomia para tratar de certas questões, e, assim, passar a superfuncionar tratando dos compromissos e responsabilidades que, em princípio, eram desempenhados por outros membros da família (Antunes, 2014; Carter & McGoldrick, 1995; Santos & Dias, 2008; Zanelli, Silva & Soares, 2010).

Coelho (2011) esclarece que, na realidade brasileira, existem dois motivos principais que tornam comum a permanência de indivíduos no trabalho embora já tenham conquistado o direito a aposentar-se. O primeiro deles refere-se à necessidade de complementação de renda, pois o valor do benefício que se recebe não é capaz de atender as demandas financeiras da família. Isto é, retornar ao mercado de trabalho, nessas situações, pode ser algo imposto pelas condições de vida do indivíduo que necessita adquirir meios para sobreviver com qualidade. Por outro lado, o segundo motivo deflagra os aspectos emocionais desse processo, os quais podem causar conflitos na medida em que haja dificuldade de romper com o papel funcional ou de provedor familiar, o que acontece especialmente com os homens, ocasionando sentimentos de menos valia e inutilidade, além de estados depressivos.

Ao casal, soma-se ainda outro desafio: nesse período é comum que, devido ao envelhecimento ou adoecimento da terceira geração, sejam agregadas responsabilidades e cuidados dos filhos para com estes. Pode haver, também, a ocorrência de perdas e morte, seja da geração mais velha da família, de amigos ou do próprio cônjuge. Dessa maneira, em virtude dos novos papéis e necessidades, a flexibilidade na estrutura da família torna-se fator fundamental para o seu bom funcionamento, o que pode envolver, inclusive, a exploração e aceitação de opções e estilos de vida comuns à contemporaneidade, dentre eles, citam-se o divórcio e o recasamento (Carter & McGoldrick, 1995; Walsh, 1995; 2005).

De forma associada à aposentadoria, ou nos anos subsequentes à consolidação desta, podem ocorrer mudanças nos papéis cumpridos pelo sujeito em virtude de decorrências do processo de envelhecimento, o qual pode se relacionar às questões como o declínio fisiológico, adoecimento e morte. Tendo em vista o índice de longevidade da contemporaneidade, é comum que ocorra o contato direto e o prolongamento da convivência com os membros mais idosos da família. Tal acontecimento *per si* ocasiona diversos desafios aos relacionamentos familiares, posto que a interação envolve indivíduos de gerações distintas e com experiências de vida contrastantes, de modo que a geração mais velha pode se perceber inadequada ou sem espaço mediante as significativas transformações societárias (Figueiredo et al., 2011; Walsh, 2005).

Referente à fase idosa, destaca-se que comumente demanda a adaptação do indivíduo a uma nova rotina de vida, com mudanças nas atividades que eram desenvolvidas, podendo somar-se ainda a necessidade de cuidado sobre si e a dependência de outras pessoas para cumprir tarefas, podendo

agregar aos parentes o papel de cuidadores. No concernente a este elemento, analisa-se que cabe aos membros mais jovens da família, os quais geralmente se tornam os principais cuidadores, permanecerem valorizando os relacionamentos familiares, proporcionando espaço para que seus pais possam contribuir por meio da sua sabedoria e experiência, sem que isso ocasione inversão de papéis (Carter & McGoldrick, 1995; Henriques, Féres-Carneiro, & Ramos, 2011; Silva et al., 1997; Walsh, 1995).

A partir dos aspectos discutidos, observa-se que a aposentadoria, enquanto parte do ciclo vital do indivíduo, representa a passagem para uma nova organização e estrutura que a própria família desconhece o que é capaz de gerar tensionamentos em virtude das múltiplas tarefas desenvolvimentais relacionadas a este estágio, as quais irão implicar tanto sobre a identidade e a rotina individual da pessoa aposentada quanto na dinâmica relacional da família. Tais aspectos demandam que os componentes se atenham na manutenção do funcionamento do sistema familiar e, simultaneamente, explorem novos papéis familiares e sociais. A partir da mirada desde uma perspectiva relacional, reitera-se que é em meio a esse contexto dinâmico que o processo de aposentadoria se constitui: desde as expectativas, a tomada de decisão sobre desligar-se ou permanecer no trabalho, até as repercussões, caso seja efetivado o rompimento de vínculo laboral.

Tendo em vista o que precede, julga-se que os aspectos mencionados podem fornecer subsídios para a prática profissional em diferentes contextos. Na área clínica, tais aspectos podem auxiliar o psicoterapeuta no acolhimento e atendimento às demandas familiares, especialmente, do ciclo vital tardio, considerando-se devidamente as repercussões que a aposentadoria ocasiona nesse período. Dessa maneira, o processo psicoterapêutico deve levar em conta, por exemplo, a estreita vinculação entre família e carreira profissional, visto que essa interface, por vezes, carece de receber mais atenção. Já nas organizações de trabalho, o desafio recai principalmente sobre a área de gestão de pessoas que deve avaliar e estruturar políticas e práticas direcionadas a atender os trabalhadores nos diferentes momentos de suas trajetórias profissionais, sobretudo, nas fases próximas ao desligamento laboral. Cabe chamar a atenção para a relevância na execução dos programas de orientação para aposentadoria, sendo que essas atividades devem abranger também a participação dos familiares dos pré-aposentados, tais como esposas e filhos, os quais carecem igualmente de preparação e reflexão para lidar com a iminência do novo momento. Considera-se que essas ações podem facilitar a compreensão da família sobre a aposentadoria, bem como estimular os canais de comunicação entre os componentes e deles com a esfera social, o que possivelmente irá auxiliar no enfrentamento as mudanças decorrentes desse processo.

No campo da produção científica, por sua vez, o pensamento sistêmico provoca que o pesquisador adote uma nova postura frente ao que e como produz. Em meio a isto, somam-se outros instrumentais, além dos já tradicionais, para favorecer a coleta de dados, visando a sua contextualização. Dentre eles, destaca-se: i) Genograma Familiar (McGoldrick, 2012; Wendt & Crepaldi, 2008), tratando-se de uma representação gráfica que se utiliza basicamente de símbolos para retratar a composição e o funcionamento relacional familiar numa perspectiva intergeracional; ii) Mapa de redes (Moré, 2005; Sluzki, 1997), configura-se pelo mapeamento de pessoas significativas no contexto relacional familiar e social. Cabe enfatizar que tais instrumentos já são utilizados há

alguns anos pelos terapeutas de família e outros profissionais que atuam no atendimento clínico e social com famílias, tendo em vista que ambos permitem apreender características da história e do contexto de vida dos indivíduos, e, além disso, contribuem para a formulação e o desenvolvimento de ações que contemplem as redes relacionais, visando oferecer condições para que as pessoas significativas possam ser mapeadas e reconhecidas.

Considerações finais

A discussão sobre o fenômeno da aposentadoria envolve aspectos diversificados, os quais precisam ser reconhecidos e analisados de forma contextualizada para uma apreensão abrangente do tema. Entende-se que, para além de análises lineares de causa e efeito, é preciso articular e conectar os elementos que estão envolvidos nessa trama, dentre os quais se cita as questões subjetivas, relacionais, culturais, sociais e do mundo do trabalho. Isto significa que a experiência de aposentadoria precisa ser pensada à luz da complexidade que a envolve, a partir do reconhecimento do interjogo entre os múltiplos fatores que nela estão imbricados: o sujeito aposentado é alguém imerso em relações conjugais, sociais e de gênero, que desenvolveu uma determinada trajetória profissional, que desempenha funções parentais e que possui uma história familiar constituída a partir da sua cultura.

A discussão apresentada neste artigo permite verificar que o pensamento sistêmico altera os processos tradicionais pelos quais as perguntas são realizadas e as respostas que delas decorrem. Espera-se que os aspectos abordados possam fomentar a análise da realidade, especialmente, no que tange ao fenômeno da aposentadoria, emergindo um olhar capaz de integrar os diversos elementos que o compõem e influenciam recursivamente. Estes elementos se configuram como recursos problematizadores para o entendimento do fenômeno em questão e podem apontar eventos precipitadores do desligamento laboral e/ou as condições de enfrentamento e adaptação individual e familiar às suas decorrências.

Por fim, cabe esclarecer que, devido às suas limitações, este trabalho não pretendeu esgotar o assunto, mas distinguir possibilidades teórico-práticas que sirvam como fundamentação para o desenvolvimento de ações e pesquisas sobre o assunto. Assim sendo, considera-se relevante que novos estudos tenham como referencial esse pensamento, a fim de promover o entendimento da dimensão inter-relacional e contribuir com subsídios que respondam às demandas multifacetadas de aposentados, idosos e suas famílias.

Referências

- Andolfi, M. (1980). *A terapia familiar*. Lisboa: Vega.
- Anton, I. L. C. (2012). *A escolha do cônjuge: Um entendimento sistêmico e psicodinâmico*. Porto Alegre: Artmed.
- Antunes, M. H. (2014). *Entre “o mito do pijama” e “o projeto de ser feliz”: As repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal*. Dissertação de Mestrado

- em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Antunes, M. H., Soares, D. H. P., & Moré, C. L. O. O. (2015). Repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal. *Psico*, 46(4), 432-441.
- Antunes, M. H., Soares, D. H. P., & Silva, N. (2015). Orientação para aposentadoria nas organizações: Histórico, gestão de pessoas e indicadores para uma possível associação com a gestão do conhecimento. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 5(1), 43-63.
- Atchley, R. C. (1993). Continuity theory and the evolution of activity in later life. In J. R. Kelly (Ed.), *Activity and aging: Staying involved in later life*. Newbury Park, CA: Sage.
- Aun, J. G., Vasconcellos, M. J. E., & Coelho, S. V. (2005). *Atendimento de famílias e redes sociais: Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina da Arte & Prosa.
- Bertalanffy, L. von (1968). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- Bertussi, L. A. S., & Tejada, C. A. O. (2003). Conceito, estrutura e evolução da Previdência Social no Brasil. *Teoria e Evidência Econômica*, 11(20), 27-55.
- Boing, E., & Crepaldi, M. A. (2014). Reflexões epistemológicas sobre o SUS e atuação do psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 745-760.
- Boing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2008). Planejando pesquisa com famílias. *Paidéia*, 18(40), 251-266.
- Boing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2009). A epistemologia sistêmica como substrato à atuação do psicólogo na atenção básica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 828-845.
- Borges, C. C., & Magalhães, A. S. (2009). Transição para a vida adulta: Autonomia e dependência na família. *Psico*, 40(1), 42-49.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar*. (2ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Capra, F., & Luisi, P. L. (2014). *A visão sistêmica da vida*. São Paulo: Cultrix.
- Cervený, C. M. O. (2001). *A família como modelo: Desconstruindo a patologia* (1ª ed.). São Paulo: Livro Pleno.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (1997). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2011). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. (3ª ed.) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coelho, M. R. M. V. P. (2011). Visitando a fase última. In C. M. O. Cervený & C. M. E. Berthoud. *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. (3ª ed.) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Figueiredo, M. H. J. S., Martins, M. M. F. P. S., Silva, L. W. S., & Oliveira, P. C. M. (2011). Ciclo vital da família e envelhecimento: Contextos e desafios. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 14(3), 11-22.
- França, L. H. P. F. (2009). Influências sociais nas atitudes dos 'Top' executivos em face da aposentadoria: Um estudo transcultural. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(1), 17-35.
- França, L. H. F. P., Menezes, G. S., Bendassolli, P. F., & Macedo, L. S. S. (2013). Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 548-563.

- França, L. H. F. P., Menezes, G. S., & Siqueira, A. R. (2012). Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 15(4), 733-745.
- Friedman, E. H. (1995). Sistemas e cerimônias: Uma visão familiar dos ritos de passagem. In B. Carter & McGoldrick, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar*. (2ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Bueno, R. K., & Crepaldi, M. A. (2014). A origem do pensamento sistêmico: Das partes para o todo. *Pensando Famílias*, 18(2), 3-16.
- Henriques, C. R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2006). Trabalho e família: O prolongamento da convivência familiar em questão. *Paidéia*, 16(35), 327-336.
- Henriques, C. R., Féres-Carneiro, T., & Ramos, E. (2011). Ajustes entre pais e filhos adultos coabitantes: Limite e transgressão. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 531-539.
- Marques, F., & Sousa, L. (2012). Agregado familiar de casais idosos: Estrutura, dinâmicas e valores. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(1), 177-198.
- Maturana, H. (2002). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG.
- McCullough, P., & Rutenberg, S. (1995). Lançando os filhos e seguindo em frente. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar*. (2ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- McGoldrick, M. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- Moré, C. L. O. O. (2005). As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Paidéia*, 15(31), 287-297.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo* (4ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Najberg, S., & Ikeda, M. (1999). Previdência no Brasil: Desafios e limites. In F. Giambiagi e M. M. Moreira (Orgs.) *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES.
- Nahum-Shani, I., & Bamberger, P. A. (2011). Work hours, retirement, and supportive relations among older adults. *Journal of Organizational Behavior*, 32, 345-369.
- Nichols, M., & Schwartz, R. (2007). *Terapia familiar: Conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Oliveira, A. L., & Cerveny, C. M. O. (2011). Visitando a família madura. In C. M. O. Cerveny & C. M. E. Berthoud. *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. (3ª ed.) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Quick, H. E., & Moen, P. (1998). Gender, employment, and retirement quality: A life course approach to the differential experiences of men and women. *Journal of Occupational Health Psychology*, 1(3), 44- 64.
- Salgado, M. A. (1980). *Velhice uma questão social*. São Paulo: Sesc-Cetti.
- Santos, I. E., & Dias, C. M. S. B. (2008). Homem idoso: Vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. *Aletheia*, 27(1), 98-110.
- Schmidt, B., Schneider, D. S. & Crepaldi, M. A. (2011). Abordagem da violência familiar pelos serviços de saúde: Contribuições do pensamento sistêmico. *Psico*, 4(3), 328-336.
- Silva, A. A. (2006). Segurança social do idoso: A relação entre Previdência e Assistência Social. *Revista Kairós*, 9(1), 123-148.

- Silva, J. L., Alves, L. F., & Coelho, M. R. M. (1997). A família em fase última. In C. M. O. Cerveny & C. M. E. Berthoud. *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: A permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos de Psicologia*, 23, 441-453.
- Soares, D. H. P., & Sarriera, J. C. (2013). O tempo livre na aposentadoria. In S. A. Carlos, & S. S. Santos (Eds). *Envelhecendo com apetite de viver: Interlocuções psicossociais* (pp. 109-128). Petrópolis: Vozes.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*, (8a ed.). Campinas: Papyrus Editora.
- Vasconcellos, M. J. E. (2009). Cibernética e terapia familiar: Que relação distinguimos hoje? In L. C. Osório & M. E. P. Valle. *Manual de terapia familiar* (pp. 150-163). Porto Alegre: Artmed.
- Vasconcellos, M. E. (2014). Não ensine a pescar! Sobre a fundamentação teórica das práticas sistêmicas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 50(3), 51-73.
- Walsh, F. (1995). A família no estágio tardio da vida. In B. Carter & M. McGoldrick. *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar*. (2ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.
- Watzlawick, P., Beavin, J.H., & Jackson, D. (2013). *Pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação* (18ª ed.). São Paulo: Cultrix.
- Wendt, N. C., & Crepaldi, M. A. (2008). A utilização do genograma familiar como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 302-310.
- Zanelli, J. C., Silva, N., & Soares, D. H. P. (2010). *Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: Construção de projetos para o pós-carreira*. Porto Alegre: Artmed.

Endereço para correspondência

marcos.antunes@live.com

Enviado em 14/12/222/09/2016015

1ª revisão em 31/08/2016

Aceito em